



UNIR

Técnico em Assuntos Educacionais

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, Compreensão e Interpretação de Textos: Assunto.....	1
Estruturação do texto	4
Ideias principais e secundárias	5
Relação entre as ideias	6
Efeitos de sentido	7
Figuras de linguagem	8
Recursos de argumentação	13
INformações implícitas: pressupostos e subentendidos	15
Coesão e coerência textuais	15
progressão sequencial do texto: manutenção temática, progressão tema-rema, progressão tópica, mecanismos de coesão	17
Léxico: Significação de palavras e expressões no texto	18
Substituição de palavras e de expressões no texto	19
Estrutura e formação de palavras	19
Ortografia: emprego de letras e acentuação gráfica no sistema oficial vigente	24
Relações entre fonemas e grafias.....	25
Flexões e emprego de classes gramaticais	27
Vozes verbais e sua conversão.....	39
Concordância nominal e verbal	40
Regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase).....	42
Coodenação e subordinação: Emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos, Relações morfossintáticas	45
Pontuação	48
Questões	53
Gabarito.....	65

LEGISLAÇÃO

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Dos Direitos e Garantias Fundamentais (Arts. 5 a 17)	1
Da Administração Pública (Arts. 37 e 38); Dos Servidores Públicos (Arts. 39 a 41).....	19

SUMÁRIO



Decreto Federal nº 6.029, de 1.º de fevereiro de 2007: Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e dá outras providências	27
Decreto Federal nº 1.171, de 22 de junho de 1994: Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal	31
Decreto Federal nº 9.991, de 28 de agosto de 2019: Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.....	35
Decreto-Lei Federal nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940: Código Penal: Dos Crimes contra a Administração Pública: (Arts. 312 a 337-A)	44
Lei Federal nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005: Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação	53
Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011: Lei de Acesso à Informação	60
Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012: Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o Acesso a Informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição	72
Lei Federal nº 8.027, de 12 de abril de 1990: Dispõe sobre Normas de Conduta dos Servidores Públicos Cíveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas, e dá outras providências	92
Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990: Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais	95
Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999: Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal	139
Resolução nº 282, de 19 de novembro de 2020: Regimento Geral da UNIR	149
Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos	185
Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992: Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)	259
27Questões	273
Gabarito	281

INFORMÁTICA BÁSICA

Conceitos Básicos relacionados ao Hardware	1
Conceitos de Redes de Computadores, Internet e Intranet	5
Segurança em redes de computadores: cuidados recomendados, ataques	23
Sistemas Operacionais (Windows 7/8/10/11 e Linux): conceito; funções; recursos básicos; gerenciador de arquivos e pastas, impressoras	26
Edição de Textos e Planilha Eletrônica (Microsoft Office e LibreOffice).....	68



Questões	97
Gabarito	104

RACIOCÍNIO LÓGICO

Proposições simples e compostas; Álgebra proposicional; Implicação lógica; Equivalência lógica.....	1
Análise Combinatória: raciocínio multiplicativo, raciocínio aditivo; combinação, arranjo e permutação. Princípios de contagem e probabilidade	8
Regra de três simples e composta	15
Porcentagem	17
Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Propriedades das operações	19
Múltiplos e divisores, números primos, mínimo múltiplo comum, máximo divisor comum.....	25
Progressões aritméticas e progressões geométricas.....	32
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais	36
Operações com conjuntos.....	39
Questões	45
Gabarito	53

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Políticas Públicas Educacionais: Lei Federal nº 9.394/1996 (Diretrizes de Bases da Educação Nacional)	1
Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação	31
Lei Federal nº 10.861/2004 (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES).....	38
Lei nº 10.172/2001 (Plano Nacional de Educação - PNE)	43
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).....	100
Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).....	101
Planejamento Educacional: Conceito de planejamento, características e princípios de planejamento, elaboração e execução.....	102
Implantação e avaliação de planos e projetos de ensino, pesquisa, extensão, empreendedorismo e inovação	105
Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): Políticas públicas para a Educação Superior	106
Políticas de ações afirmativas na Educação Superior Brasileira	107

SUMÁRIO



Financiamento da Educação Superior	108
Gestão Democrática.....	109
Gestão Pedagógica no ensino superior	110
O ensino, a aprendizagem e a formação profissional na Educação Superior	111
Projeto Político Pedagógico: Concepção, formulação, construção, gestão e avaliação.....	112
Sistema Educacional: Ensino Superior (conceito e finalidades)	113
Gestão e Coordenação de Processos Educativos, Elaboração, Desenvolvimento e Avaliação de Projetos	114
A Educação Superior e o Plano Nacional de Educação	115
Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão: Conceitos, características; tipos de pesquisa, abordagem de pesquisa	116
Conceito e especificidade dos projetos de ensino	125
Implantação e avaliação de planos e projetos de ensino, extensão e pesquisa.....	126
Fundamentos Psicológicos da Aprendizagem: As contribuições da Escola Condutista, da Aprendizagem Significativa, da Aprendizagem Colaborativa	128
Metacognição	129
Metodologias ativas de aprendizagem	130
Avaliação da Educação Superior: Conceitos e especificidades da avaliação superior, processos, acompanhamento, avaliação e registro	131
Avaliação institucional e da aprendizagem	132
Sistema Nacional de Avaliação Superior: SINAES	136
O exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).....	141
Fundamentos Histórico-filosóficos da Educação Brasileira: Pressupostos teóricos, históricos e legais da Educação.....	141
Organização do trabalho pedagógico: planejamento, planos e projetos educativos, disciplinaridade, interdisciplinaridade e multidisciplinaridade	142
Tendências pedagógicas em educação: abordagens do processo de ensino e aprendizagem.....	143
Concepções de currículo, organização curricular no ensino superior.....	145
Estatística aplicada ao contexto educacional.....	146
Noções Básicas sobre os Sistemas do Governo Federal: SIAPE, SIAFI, SIASG, SCDP, SIMEC, SISP e CADIN.....	148
Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS (Decreto nº 6.833/2009).....	150
Questões	150
Gabarito.....	156

SUMÁRIO



LEITURA

— Conceção

Em poucas palavras, a leitura é um exercício que transcende as palavras, e constitui requisitos básicos para a comunicação, a obtenção do saber e a aquisição de novas habilidades. Já foi comumente abordada apenas pela perspectiva da decodificação, porém, essa concepção foi se modificando aos poucos, pois a leitura passou a ser considerada uma habilidade extensiva que compreende diversas formas de comunicação e de relação com várias informações. Com isso, não existe apenas uma concepção capaz de definir toda a multivalência da leitura. Essas muitas concepções estão sujeitas a propósitos e contextos. Dentre as conjunturas, uma das predominantes é a que se refere ao processo inicial de aprendizagem da leitura e da escrita.

— Gêneros

A leitura consiste em um instrumento fundamental para obtenção de experiência e de cultura. Além disso, a leitura dos gêneros do discurso que transitam todos os dias na sociedade possibilita o entendimento e a absorção dos conceitos abstratos e, conseqüentemente, oferece mais e melhores oportunidades de crescimento social e profissional.

Diariamente, transitam em nossa sociedade inúmeros gêneros discursivos, sendo que cada um deles possui uma intenção e propósito específicos, estando, por seu turno, relacionados a uma dada conjuntura de interação social, dentro de uma sociedade. Com sua introdução na conjuntura da leitura e da escrita, a pessoa passa a ter diante si uma infinidade de textos pertencentes aos mais variados gêneros discursivos.

Diante disso, é possível dizer que, apesar de não existirem gêneros unicamente voltados para a atividade em sala de aula, é fundamental que o professor ofereça aos alunos textos dos tipos mais diversos, para que eles venham a conhecer além do convicto de gênero, isto é, tenham contato com as configurações e especificidades textuais e as funcionalidades da língua.

Conforme postulam as Diretrizes Curriculares Estaduais (DCEs), as práticas discursivas trabalhadas em sala de aula devem envolver o discurso como prática social (conteúdo estruturante) e os conteúdos discursivos, que nada mais são que os gêneros. Nesse sentido, os conteúdos específicos compreendem os variados gêneros discursivos e os componentes linguístico-discursivos. Estes consistem, basicamente, nas unidades linguísticas relacionadas às unidades de linguagem, originadas a partir da posição que o emissor desempenha no enunciado e nos conteúdos referentes ao propósito ou ao objeto discursivo, isto é, aquilo que pode vir a ser comunicado por meio de um gênero e nas composições, consideradas a estrutura própria dos textos que fazem parte de um gênero.

A diversidade e quantidade de gêneros presentes na sociedade favorece o contato do professor com todo tipo de gênero, assim como beneficia sua introdução no âmbito dos gêneros discursivos que transitam diariamente em nossa sociedade. Com essa variedade de textos, o educando terá mais fluência para orientar seus alunos na produção, interpretação e leitura autônoma.

De modo geral, os gêneros dos discursos estão compreendidos nos textos, sejam formais ou informais, verbais ou não verbais, visuais, poéticos, literários, didáticos, ou pertencente a quaisquer áreas do conhecimento.

— Papel do leitor

O principal papel do leitor é de dialogar com o autor do texto. Ao ler, o leitor assimila aquilo que foi escrito por alguém e, ao chegar a uma conclusão, acaba por dialogar com uma pessoa que ele sequer conhece. Muitas vezes, o leitor sequer existiu na mesma época do escritor. Mas, mesmo assim, devido às habilidades de escrita e leitura, de ambos os lados, o diálogo entre eles é possível. Ao recomendar um texto (seja um livro, uma notícia, uma poesia, etc.), o leitor é o agente capaz de preservar a vida e a relevância da obra.



Distinção entre Direitos e Garantias Fundamentais

Pode-se dizer que os direitos fundamentais são os bens jurídicos em si mesmos considerados, de cunho declaratório, narrados no texto constitucional. Por sua vez, as garantias fundamentais são estabelecidas na mesma Constituição Federal como instrumento de proteção dos direitos fundamentais e, como tais, de cunho assecuratório.

Evolução dos Direitos e Garantias Fundamentais

– Direitos Fundamentais de Primeira Geração

Possuem as seguintes características:

- a) surgiram no final do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa, fase inaugural do constitucionalismo moderno, e dominaram todo o século XIX;
- b) ganharam relevo no contexto do Estado Liberal, em oposição ao Estado Absoluto;
- c) estão ligados ao ideal de liberdade;
- d) são direitos negativos, que exigem uma abstenção do Estado em favor das liberdades públicas;
- e) possuíam como destinatários os súditos como forma de proteção em face da ação opressora do Estado;
- f) são os direitos civis e políticos.

– Direitos Fundamentais de Segunda Geração

Possuem as seguintes características:

- a) surgiram no início do século XX;
- b) apareceram no contexto do Estado Social, em oposição ao Estado Liberal;
- c) estão ligados ao ideal de igualdade;
- d) são direitos positivos, que passaram a exigir uma atuação positiva do Estado;
- e) correspondem aos direitos sociais, culturais e econômicos.

– Direitos Fundamentais de Terceira Geração

Em um próximo momento histórico, foi despertada a preocupação com os bens jurídicos da coletividade, com os denominados interesses metaindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos), nascendo os direitos fundamentais de terceira geração.

Direitos Metaindividuais		
	Natureza	Destinatários
Difusos	Indivisível	Indeterminados
Coletivos	Indivisível	Determináveis ligados por uma relação jurídica
Individuais Homogêneos	Divisível	Determinados ligados por uma situação fática

Os Direitos Fundamentais de Terceira Geração possuem as seguintes características:

- a) surgiram no século XX;
- b) estão ligados ao ideal de fraternidade (ou solidariedade), que deve nortear o convívio dos diferentes povos, em defesa dos bens da coletividade;



HARDWARE

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.¹. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

- **Gabinete**

Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

- **Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)**

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



¹ <https://www.palpitedigital.com/principais-componentes-internos-pc-periféricos-hardware-software/#:~:text=O%20hardware%20s%C3%A3o%20as%20partes,%2C%20scanners%2C%20c%C3%A2meras%2C%20etc.>



PROPOSIÇÃO

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos as proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

– **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO:** uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.

– **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO:** toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

“Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F.”

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

• **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?

- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!

- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.

- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p, q, r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.

s: Pedro é professor.

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P, Q, R, R..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca e Pedro é professor.



Conhecimentos Específicos

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I **DA EDUCAÇÃO**

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II **DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL**

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)
- IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)
- XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)